

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.484.632 - MG (2019/0101839-5)

RELATOR : **MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**
AGRAVANTE : SENSIVA LTDA
ADVOGADOS : FABIAN DEL PINO - MG111242
ANDRE MANSUR BRANDAO - MG087242N
WEBERTON PIRES DOS SANTOS - MG169043
AGRAVADO : BANCO DO BRASIL SA
ADVOGADO : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS - SE000000M

EMENTA

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DA DIVERGÊNCIA E DE INDICAÇÃO DO ARTIGO VIOLADO. DEFICIÊNCIA NA FUNDAMENTAÇÃO. ALÍNEA C. SÚMULA 284/STF. AGRAVO CONHECIDO PARA NÃO CONHECER DO RECURSO ESPECIAL.

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto por SENSIVA LTDA. contra decisão que não admitiu o recurso especial, fundado na alínea c do inciso III do art. 105 da Constituição Federal, que desafiou acórdão prolatado pelo Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais assim ementado (e-STJ, fl. 84):

AÇÃO DE COBRANÇA. INDEFERIMENTO DE JUSTIÇA GRATUITA - DETERMINAÇÃO PARA RECOLHIMENTO DAS CUSTAS PROCESSUAIS, PENA DE EXTINÇÃO - NÃO ATENDIMENTO - PRECLUSÃO - EXTINÇÃO DO PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO - CANCELAMENTO DA DISTRIBUIÇÃO - INTIMAÇÃO PESSOAL - DESNECESSIDADE. Se o Magistrado profere decisão com a qual não concorda a parte, esta deve interpor o recurso cabível, requerendo que o próprio juízo ou Tribunal reveja a decisão, por considerá-la injusta ou ilegal. Não interpondo a parte o recurso contra a decisão que indeferiu a justiça gratuita, deixando, ainda, de recolher as custas iniciais, quando intimada para tanto, correta a decisão que determinou o cancelamento da distribuição, a teor do artigo 290 do CPC/15, sem necessidade de intimação pessoal da parte e em consequência lógica o não reconhecimento do recurso, por ausência reiterada de pagamento das custas. Apelação Cível Nº 1.0000.18.085665-0/001 - COMARCA DE Belo Horizonte - Apelante: SENSIVA LTDA - ME - Apelado: BANCO DO BRASIL S.A.

Nas razões do recurso especial (e-STJ, fls. 91-105), alegou a existência de dissídio jurisprudencial.

Sustentou, em síntese, que o acórdão recorrido não pertence aos autos em comento, tendo em vista a divergência do nome das partes ali gravado e o assunto.

Não foram apresentadas contrarrazões (e-STJ, fl. 135).

Juízo de admissibilidade negativo (e-STJ, fls. 136-137).

Brevemente relatado, decido.

O Tribunal de origem, ao julgar o recurso de apelação, consignou o seguinte (e-STJ, fl. 85):

Trata-se de recurso de apelação interposto LINDOMAR DA SILVA ALVES contra sentença de f. 35, que na ação de cobrança proposta em desfavor de SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A, determinou o cancelamento da distribuição em face do não pagamento das custas e despesas de ingresso, nos termos do artigo 290 do Código de Processo Civil, ficando condenado o autor ao recolhimento das custas e sem honorários porque não houve citação.

Verifica-se que o acórdão recorrido de fato não se refere ao processo em comento. Outrossim, cumpre esclarecer que o problema em questão poderia ter sido facilmente sanado com a oposição de embargos de declaração na origem, o que não ocorreu.

No que tange à existência de divergência jurisprudencial, esta não ficou demonstrada.

Outrossim, a recorrente não apontou o dispositivo tido por violado a fim de viabilizar o conhecimento da insurgência sobre a matéria, providência obrigatória inclusive para os reclamos interpostos pela alínea *c*. Dessa forma, constata-se que a argumentação apresentada no recurso mostra-se deficiente, atraindo, assim, a incidência do verbete n. 284 da Súmula do Supremo Tribunal Federal.

Diante do exposto, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

Publique-se.

Brasília, 03 de junho de 2019.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator